

MARCHA SOLDADO, CABEÇA DE PAPEL! REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Ludmily Santos Almeida¹

Diogo Almeida e Silva²

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy³

RESUMO

Este trabalho, ainda em desenvolvimento, está vinculado ao Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero (LEFEVEG) do Departamento de Pedagogia (DPD) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Campus Regional Cianorte (CRC). O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) é uma política pública direcionada ao projeto educativo do governo Bolsonaro (2019-2022), o mesmo apresenta-se como uma forma de promover a melhoria do ensino, consequentemente, elevar os índices de aprendizagem, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O programa focaliza em escolas inseridas, preferencialmente, em ambientes marcados pela vulnerabilidade socioeconômica e marginalização. Entende-se que o plano prioriza a dimensão militar em detrimento das necessidades educacionais e sociais das comunidades escolares. Diante desse cenário e a partir dos estudos sobre a temática, indagamos: o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares relaciona-se ou distancia-se de um projeto educativo para a emancipação do/a estudante? Concordamos que programas educacionais devem partir de problemáticas que atravessam o interior da escola, como a falta de investimento em estrutura física, digital e de valorização à docência, problemas que não são solucionados com a mera militarização desses espaços. Com isso, objetivamos analisar como as diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) promovem ou impossibilitam um projeto educativo para a emancipação do/a estudante. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e documental, assegurando a exposição crítica das diretrizes do programa em questão, relacionando-as com documentos oficiais que norteiam a educação brasileira, como a Constituição Federativa de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/1996 (Brasil, 1996) e teóricos que embasam a argumentação, como Gadotti (2001) e Brandão (1981). Os resultados parciais deste estudo estão ancorados na promoção de uma discussão teórica e crítica sobre as diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Palavras-chave: Educação emancipatória, militarização de escolas, PECIM.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Departamento de Pedagogia (DPD) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Campus Regional de Cianorte -PR; Membro do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero (LEFEVEG) vinculado ao Departamento de Pedagogia (DPD) - UEM/CRC - PR, e-mail: ludmilysantosalmeida@gmail.com;

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Professor Assistente do Departamento de Pedagogia (DPD) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Regional de Cianorte - PR; Membro do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero (LEFEVEG) vinculado ao Departamento de Pedagogia (DPD) - UEM/CRC - PR. e-mail: dasilva@uem.br.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - PR; Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia (DPD) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Regional de Cianorte - PR; Coordenadora do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero (LEFEVEG) vinculado ao Departamento de Pedagogia (DPD) UEM/CRC - PR. e-mail: gavgodoy@uem.br.



INTRODUÇÃO

Para iniciarmos as discussões sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), é necessário apoiar este estudo em uma contextualização a respeito das políticas governamentais brasileiras. A partir de 1990, o processo de redemocratização, como o próprio vocábulo responde, objetivava trazer os ideais da democracia de volta ao centro da organização sociopolítica do Brasil, buscando atravessar as dívidas externas com os organismos internacionais, um espólio do Regime Militar. Neste cenário é que se configurou o termo neoliberalismo como uma resposta contraditória aos problemas que o país vinha enfrentando.

O neoliberalismo, se comparado a um vírus inserido no interior da estrutura governamental, contamina silenciosamente toda proposta a ser configurada, articulado pelas relações do sistema de produção da sociedade, Hofling (2001), discorre sobre o modelo na defesa enfática às liberdades individuais, crítica a intervenção estatal e a promoção das virtudes reguladoras de mercado.

Partindo deste pressuposto é que podemos ressaltar sua ascensão e relação com o neoconservadorismo desvelado nas políticas governamentais de Michel Temer à Jair Bolsonaro (2016-2022), período a ser discutido durante esta pesquisa.

Concordamos com Guzzo (2005) que o neoliberalismo se caracteriza, dentre outras coisas, pela acentuação da concentração de renda de um pequeno grupo social e pelo fortalecimento dos investimentos privados em detrimento do público e, até mesmo, o repasse de investimentos públicos para iniciativa privada. A autora continua discorrendo acerca da ideologia neoconservadora esclarecendo que

[...] a principal novidade do movimento em relação ao velho conservadorismo é a incorporação de ideias libertárias, pois estas se aproximavam muito de pressupostos neoliberais”. Os neoconservadores, além de defender os velhos princípios conservadores, “[...] passam a defender, também, um foco no indivíduo e na sua capacidade de escolha” (Apud, LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 7). Esta se constitui peça chave para a compreensão da aproximação e da aliança entre esses grupos (Guzzo, 2005, s/p).

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, voltada ao estudo das Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-



Militares (PECIM), suas implicações político-sociais e sua relação com uma concepção de educação transformadora.

O método adotado é o Materialismo Histórico Dialético, por compreendermos que a dialética marxista oferece instrumentos teórico-metodológicos capazes de apreender a realidade em sua totalidade, historicidade e contradições. Em outras palavras, trata-se de um referencial que permite compreender as relações entre Estado, educação e sociedade a partir das determinações do modo de produção capitalista. Como afirma Pires (1997, p. 86), a “[...] lógica formal não consegue explicar as contradições e amarra o pensamento impedindo-lhe o movimento necessário para a compreensão das coisas”.

É sob essa perspectiva, que busca a superação crítica da realidade concreta e contraditória, que se insere esta pesquisa. Serão analisadas as Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2021), bem como documentos legais e institucionais correlatos, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Além disso, serão examinadas produções teóricas de autores que tratam da educação emancipadora e crítica, como Moacir Gadotti (2001) e Carlos Rodrigues Brandão (1981), cujas contribuições servirão de base para a análise das contradições entre os princípios do PECIM e os fundamentos de uma educação voltada à formação crítica e à emancipação do/a estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa perspectiva, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), projetava aumentar os índices de aprendizagem nas escolas, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Brasil em 2017 foi 5,8, avaliações como essas que embasaram a construção e a fundamentação das metas do programa em questão. O PECIM, em suas diretrizes curriculares define que

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), estabelecido pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa implantar um modelo de gestão de excelência em unidades escolares públicas de ensino regular que ofereçam as etapas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e que possuam baixo resultado de Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade social” (Brasil, 2021, p. 07).



O recorte acima destaca outras camadas para estudos, ao implementar o modelo civil-militar, as diretrizes apontam que o programa focaliza as escolas e alunos em vulnerabilidade social e econômica, e entendemos que nesses espaços parece mais importante militarizar do que fornecer subsídios a população. O texto continua num segundo momento apresentando o modelo cívico-militar de educação

O modelo das Escolas Cívico-Militares (Ecim) é um conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos Colégios Militares do Comando do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares” (Brasil, 2021, p. 40).

Importante ressaltar que dentre as atribuições dos militares, segundo a Constituição Federativa (Brasil, 1988), não há encargos em instituições escolares, mas o Decreto nº 9.940, de 2019 incluiu no regulamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares (Decreto nº 88.777, de 1983) que é ainda considerado serviço da natureza militar “[...]10) as instituições de ensino públicas do sistema estadual, distrital ou municipal de educação básica com gestão em colaboração com a Polícia Militar ou com o Corpo de Bombeiros Militar”. O artigo da revista Carta Capital (2024, p. 16), reafirma a função destes profissionais diferenciando sua ação da prática escolar. De acordo com o documento, os policiais

[...] são treinados para a contenção e para a repressão. São o braço do Estado para o uso da força. Sua visão de organização é a tropa, onde não se admite a divergência e se preconiza a obediência cega no cumprimento de ordens. Escolas e seus profissionais, ao contrário, existem para expandir horizontes, proporcionar experimentações, estimular questionamentos, fomentar a criatividade e o espírito crítico (Carta Capital, 2024, p. 16).

Pautando-se neste conceito, buscamos estudar os fundamentos da educação, mais especificamente, uma educação dentro da perspectiva democrática e transformadora. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - Lei de n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996), educar abrange os processos formativos desenvolvidos na convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa.

Dessa forma as instituições de ensino são responsáveis por transmitir o conhecimento historicamente acumulado aos alunos, e a formação dos conteúdos e dos modelos escolares aplicados se tornam um espelho do cidadão que se quer formar, ao pensar nessa concepção Guzzo (2005, s/p), identifica que

A contribuição da Educação Emancipadora, neste sentido, é de trazer um olhar crítico sobre a sociedade capitalista, analisando-a como um sistema de classes,



na busca de fomentar uma consciência acerca do papel político e econômico que a maioria da população exerce nesta sociedade. Isso corresponde a uma compreensão em que não se distingue teoria e prática, Educação e sociedade, e que, considera perfeitamente factível estabelecer uma relação entre a situação objetiva dos segmentos oprimidos da população, e a consciência sobre as necessidades e sobre as tarefas futuras da classe trabalhadora (Guzzo, 2005, s/p).

A partir destes estudos, com esse trabalho, objetivamos Analisar de que maneira as diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) contribuem ou dificultam a construção de um projeto educativo voltado à emancipação do/a estudante, para isso, será necessário compreender e os conceitos de educação transformadora e educação conforme o modelo cívico-militar.

Embasado pelo parecer de Gadotti, (2001, p. 165), o qual define que “[...] educar-se é assumir a consciência dessas suas condições, aliando o trabalho, a sobrevivência e a resistência”, propomos uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo que possamos realizar uma investigação crítica das diretrizes do PECIM, confrontando-as com a legislação educacional brasileira e com estudos e pesquisas que fundamentam, teoricamente, nossas ideias, como Gadotti (2001), Brandão (1981), Guzzo (2005), entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho analisar o contexto político que permeia o tema da militarização das escolas, e a contribuição de uma educação emancipadora, especificamente no caso do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, (PECIM).

Como resultado parcial, a pesquisa demonstra as diferenças entre as forças armadas (Policiais Militares e Corpo de Bombeiros Militares) e os centros de ensino, os primeiros utilizam da força para a repressão e o controle, a escola, ao contrário, promove o questionamento, a criticidade e a criatividade.

Devido a densidade do objeto em estudo, destacamos a necessidade de sua compreensão para levantar uma discussão crítica a partir dos pressupostos teóricos apresentados, aliados à revisão completa do documento e as possibilidades que o cercam.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.** Regulamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares. [S. l.], 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Acesso em: 15 maio. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Acesso em: 19 de maio. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.940, de 24 de julho de 2019.** Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9940.htm#art1. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional Escolas Cívico-Militares. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso: mar./2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).** [2. Edição]. Brasília, DF: MEC, [2021].

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação:** um estudo introdutório. 12. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001. 184 p.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZÉBIOS FILHO, Antônio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2025.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, no 55, novembro, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ÍNDICE de Desenvolvimento da Educação Básica: **Resultados.** [S. l.], 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQzM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLVVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 22 maio 2025.

MELO De Moraes, E; Rodrigues Dos Santos, C.; Alves De Paiva, I. Políticas Públicas de Educação no Contexto Neoliberal: Um Breve Balanço. **Revista Inter-Legere**, [S. l.],



v. 4, n. 31, p. c25900, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n31ID25900. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25900>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Pedagogia do Coturno: Cabide De Emprego De PMS E Oficiais Da Reserva, As Escolas Cívico-Militares São Uma Falsa Solução Para Os Desafios Do Ensino No País. **Carta Capital**, [S. l.], p. 1-60, 29 maio 2024.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, [s. l.], 1997. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-3283199700020000>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD>. Acesso em: 19 maio. 2025.

PALU, Janete; PETRY, Oto João. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015317, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100151&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 jun. 2025.

